

Estatuto das Estatais ameaça empresas públicas

Projeto de Lei 555/2015 do PSDB quer trazer de volta privatizações da década de 1990; movimento sindical se mobiliza

Desde meados de agosto uma nova ameaça às estatais brasileiras começou a tomar forma. Trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) 555, ou Estatuto das Estatais. Ao adotar como premissa o modelo de Estado mínimo e a possibilidade de privatização, este PLS coloca em risco o caráter, a autonomia e o papel de empresas como a Caixa, BNDES e Correios, entre outras.

Sem destaque na mídia e quase na surdina, o PLS já estaria em votação (ou votado) não fosse a reação do movimento sindical e de trabalhadores de algumas dessas empresas. Na semana passada, várias atividades foram realizadas em Brasília para tentar evitar que isso ocorresse. Apesar do êxito inicial na mobilização, o projeto continua na ordem do dia para ser votado em regime de urgência; ou seja, o risco permanece.

Acompanhe, nessa edição, as principais consequências que podem advir desse projeto, bem como as ações já ocorridas e em andamento para evitar sua aprovação.



Ato organizado pela Fenaef com a participação de representantes de várias empresas públicas (Caixa, BB, Petrobrás, BNDES, Furnas, Eletronorte, Chesf), realizado em Brasília no dia 21 de setembro

Histórico - Desde que foi promulgada a Constituição Federal de 1988 foram definidos limites de exploração de atividades econômicas pelo Estado, e apenas por lei específica pode ser constituída empresa pública ou sociedade de economia mista, ou ainda autorizada a criação de subsidiárias. Uma emenda constitucional passou a exigir que seja estabelecido, por lei, um estatuto jurídico próprio para as empresas estatais que exploram atividades econômicas de produção ou comercialização de bens ou serviços, mas essa lei até hoje não foi editada, o que abre espaço para que, de forma antidemocrática, regras equivocadas e que prejudicam o patrimônio dos brasileiros sejam aprovadas.

Quem são os autores do PLS 555
- O chamado Estatuto das Estatais é um substitutivo ao PL 167 de 2015, do senador Tasso Jereissati, e uma referência ao PLS 343, também deste ano, do senador Aécio Neves, ambos do PSDB.

O que ele estabelece (principais itens)

Sociedades anônimas: Sob pretexto da “transparência” na condução das estatais, o projeto traz em suas normas gerais a determinação de que “empresa pública e sociedade de economia mista serão constituídas sob a forma de sociedade anônima”, colocando em pauta a possibilidade de um recomeço nas privatizações ocorridas nos anos 1990.

Abrangência: Toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as que exploram atividade econômica em sentido estrito, as que prestam serviços públicos e as que exploram atividade econômica sujeita ao regime de monopólio da União.

Governança: O Estatuto impõe as mesmas regras de governança e prevê normas de controle e gestão para estatais muito distintas em relação à porte, setor de atuação, tipo

de atividade, ente da Federação a que pertença e à possibilidade, inclusive, de ser transnacional como a Itaipu Binacional. Uma companhia municipal, por exemplo, seria regida pela mesma lei que a Petrobras.

Nos bancos: Os únicos bancos que ainda não são S.A. são a Caixa e o BNDES, mas pelo PLS assim o seriam, pois estabelece que “a empresa pública e a sociedade de economia mista serão constituídas sob a forma de sociedade anônima e, ressalvado o disposto nesta Lei, ficarão sujeitas ao regime previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976”. Embora de economia mista, o Banco do Brasil também seria atingido pela lei.

Na representação: O PLS 555 prevê a representação dos trabalhadores no Conselho de Administração das empresas, mas faz restrições sérias a sua atuação, tornando inviável uma atuação representativa dos interesses dos trabalhadores.

DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Audiência pública, ato e novas atividades para breçar o PLS 555

Frente à ameaça representada pelo PLS 555, representantes dos trabalhadores no movimento sindical e associativo promoveram em Brasília ato em defesa das empresas públicas no último 21 de setembro. A CUT, CTB, Fenae e Contraf também solicitaram o apoio de parlamentares, entre eles os senadores Paulo Paim (PT-RS, que encaminhou requerimento para realização de audiência pública). Para o presidente do Sindicato dos Bancários do ABC, Belmiro Moreira, a categoria precisa se preparar para enfrentar mais esse desafio além dos colocados pelos banqueiros na campanha nacional.

A diretora sindical e representante dos empregados no CA da Caixa, Maria Rita Serrano, esteve à frente da organização dessas atividades e encontros com parlamentares. “Conseguimos adiar a votação, mas o risco permanece. O PLS 555 pode ser votado a qualquer momento, por isso é fundamental que todos se informem sobre o projeto e participem para impedir que seja aprovado”, aponta. Ela sugere que sejam enviados e-mails aos senadores e deputados demonstrando a indignação com o projeto. O Sindicato dos Bancários do ABC está na linha de frente da resistência à esse projeto. Mais informações aos bancários no site do Sindicato.



Da esq. para direita: Representante da Contraf-CUT, A diretora sindical e representante dos empregados no CA da Caixa, Maria Rita Serrano, senador Paulo Paim, presidente da Fenae Jair Ferreira e o representante da CUT, participam de audiência no Senado para discutir a lei das estatais

Participe: envie e-mail aos senadores e deputados para defender as empresas públicas brasileiras.

Ações para barrar a privatização prevista no PLS

Inclusão de emendas – A mobilização das entidades associativas e sindicais resultou na elaboração de duas emendas ao projeto: a retirada da Caixa e do BNDES do PLS 555, e do artigo 5º, que dispõe sobre as sociedades anônimas. Essas emendas são de autoria dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Mobilização sindical – Articulação de uma frente ampla de lideranças sindicais e associativas com representantes de várias empresas públicas.

Articulação com governo e parlamentares – Novas audiências com ministros e parlamentares estão sendo agendadas, como o do Planejamento, Nelson Barbosa, e o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Caixa 100% Pública: é preciso ficar alerta

Ameaça agora é com a concessão da loteria

O governo federal pode acabar com o monopólio das loterias da Caixa. De acordo com reportagem publicada pelo jornal Valor Econômico, estão sendo concluídos estudos para receber ao menos R\$ 4 bilhões da iniciativa privada em troca de um contrato para exploração das “raspadinhas” vendidas atualmente pela Caixa.

Segundo o jornal, Paulo Corrêa, secretário de Acompanhamento Econômico (Seae) do Ministério da Fazenda, disse que do ponto de vista legal não há impedimento para a concessão. Aprovada neste ano, a Lei 13.155, que permitiu a renegociação das dívidas dos clubes

EU DEFENDO A
CAIXA
100% PÚBLICA

#ACAIXAÉDOPOVO



de futebol, autorizou o Poder Executivo a instituir a Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex) vinculada ao futebol e, por essa legislação, a loteria será autorizada pelo Ministério da Fazenda e executada diretamente pela Caixa ou indiretamente, me-

diantes concessão. A arrecadação com jogos lotéricos no País foi de aproximadamente R\$ 13 bilhões no ano passado, e as “raspadinhas” totalizaram R\$ 191,5 milhões.

“Temos que ficar atentos e acompanhar o processo. Pode ser mais uma frente para possibilitar a privatização”, destaca a diretora sindical e representante dos empregados no CA da Caixa, Maria Rita Serrano, lembrando da campanha da Caixa 100% Pública iniciada no começo deste ano após a divulgação de que o banco abriria seu capital, o que acabou não ocorrendo após grande mobilização dos trabalhadores e suas entidades representativas.